

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis do exercício de 2022 desta UPC, encerradas em 31/12/2022, foram extraídas do Sistema SIAFI Web 2022 e serão disponibilizados no sítio da internet no endereço <https://www.trt13.jus.br/transparencia/demonstracoes-contabeis>.

NOTAS EXPLICATIVAS – EXERCÍCIO 2022

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, criado pela Lei 7.324/1985, é um órgão da administração pública federal direta, com sede na cidade de João Pessoa-PB, tendo como missão institucional a promoção da justiça no âmbito das relações de trabalho, com celeridade, eficiência e efetividade, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Para atender toda demanda de ações e recursos trabalhistas oriunda dos 223 municípios do Estado, o TRT13 conta com 27(vinte e sete) Varas do Trabalho, sendo 13 (treze) na Capital e 14 (quatorze) no interior, e 60 juízes entre titulares de vara (27 magistrados) e substitutos (33 magistrados), compreendendo o primeiro grau. O segundo grau de jurisdição (recursal) é composto por 10 desembargadores vitalícios, sendo 08 magistrados trabalhistas de carreira, 01 representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, Seção Paraíba) e 01 representante do Ministério público do Trabalho (MPT).

A conformidade legal das atividades do Tribunal observa a legislação da Lei nº 8.112/1990 para a contratação dos servidores, da Lei nº 8.666/1993 para contratação dos seus fornecedores, da Lei nº 4320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000 para suas finanças e contabilidade e ainda estão conforme os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 9ª Edição e suas Alterações), com o objetivo de proporcionar melhor compreensão sobre a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado e o desempenho da unidade.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS:

- 1) **DISPONIBILIDADES:** *estão registrados pelo valor original em moeda nacional (REAL), constantes da parte da conta única (Limite de Saque com Vinculação de Pagamento) destinada à Unidade Gestora do TRT da 13ª Região. A partir de 2017 os recursos oriundos da receita de remuneração de depósitos judiciais (fonte 0170), convênio com os bancos BB e CEF, foram centralizados pelo CSJT;*
- 2) **OBRIGAÇÕES:** *estão registradas pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes correções monetárias e juros ao principal;*
- 3) **ESTOQUES EM ALMOXARIFADO:** *estão registrados pelo valor de aquisição. No exercício de 2019 ocorreu a troca do software utilizado para gestão dos estoques em*

almoxarifado desta UPC. O sistema utiliza o método do custo médio;

4) IMOBILIZADO:

4.1) Bens Imóveis: estão demonstrados pelo valor registrado no SPIUnet, deduzidos da depreciação acumulada calculada e registrada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU);

4.2) Bens Móveis: estão demonstrados pelo custo de aquisição, adicionados a todos os gastos incorridos para colocar o bem em condições de uso. A conta patrimonial de bens móveis é deduzida da depreciação acumulada calculada pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas pela Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

5) INTANGÍVEL: estão registrados pelo valor de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, quando cabível (software com vida útil definida), calculada pelo método das cotas constantes, como estabelece a Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

1. BALANÇO PATRIMONIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	13.425.180,09	14.278.946,86	PASSIVO CIRCULANTE	11.379.715,96	6.862.984,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.095.147,63	5.012.903,68	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	11.264.073,54	6.858.430,11
Créditos a Curto Prazo	4.259.227,48	7.998.548,97	Demais Obrigações a Curto Prazo	115.642,42	4.554,80
Estoques	825.569,90	901.541,43			
VPDs Pagas Antecipadamente	245.235,08	365.952,78			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	114.439.936,35	77.257.747,18	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.559,38	257.044,65
Ativo Realizável a Longo Prazo	328.691,86	343.971,33	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	2.559,38	257.044,65
Imobilizado	108.832.181,18	75.062.765,49	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	11.382.275,34	7.120.029,56
Bens Móveis – Valor Líquido	19.645.409,06	15.464.175,60	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021
Bens Móveis – Valor Bruto	41.952.980,11	42.068.335,84	Demais Reservas	4.919,52	,00
(-) Depreciação Acumulada Bens Móveis	-22.307.571,05	-26.604.160,24	Resultados Acumulados	116.477.921,58	84.416.664,48
Bens Imóveis – Valor Líquido	89.186.772,12	59.598.589,89	Resultados do Exercício	33.141.541,10	6.786.359,83
Bens Imóveis – Valor Bruto	89.372.825,86	61.607.113,39	Resultados de Exercícios Anteriores	84.416.664,48	77.168.189,20
(-) Depreciação Acumulada Bens Imóveis	-186.053,74	-2.008.523,50	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.080.284,00	462.115,45
Intangível	5.279.063,31	1.851.010,36			
Softwares – Valor Líquido	5.279.063,31	1.851.010,36	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	116.482.841,10	84.416.664,48
Softwares – Valor Bruto	6.089.123,50	3.474.448,07			
(-) Amortização Acumulada	-810.060,19	-1.623.437,71			
TOTAL DO ATIVO	127.865.116,44	91.536.694,04	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	127.865.116,44	91.536.694,04

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	8.095.147,63	5.012.903,68	PASSIVO FINANCEIRO	1.157.728,01	759.552,20
ATIVO PERMANENTE	11.976.996.881,00	86.523.790,36	PASSIVO PERMANENTE	11.141.569,99	7.115.474,76
			SALDO PATRIMONIAL	115.565.818,44	83.661.667,08

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	298.616.143,42	125.025.231,37
	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	298.616.143,42	125.025.231,37
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	298.616.143,42	125.025.231,37

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
ESPECIFICAÇÃO	2022
Recursos Ordinários	4626664,73
Recursos Vinculados	2310754,89
Seguridade Social (Exceto Previdência)	65493,39
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2245261,5
TOTAL	6937419,62

FONTE: SIAFI WEB 2022

1.1 Ativo Circulante

1.1.1 O Caixa e Equivalentes de Caixa, no valor total de R\$ 8.095.147,63 (Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento) estão registrados pelo valor original em moeda nacional e compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

1.1.2 Créditos a Curto Prazo no montante de R\$ 4.259.227,48 correspondem a Adiantamentos de 1/3 Férias e 13º Salários de magistrados e servidores referente ao mês de janeiro de 2023.

1.1.3 Estoques (Almoxarifado – Materiais de Consumo), no valor total de R\$ 825.569,90 são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado e quando há deterioração física parcial, obsolescência, bem como outros fatores análogos, utiliza-se o valor realizável líquido. As diferenças de valor de estoques são contabilizadas em contas de resultado.

1.1.4 VPDs Pagas Antecipadamente, no valor total de R\$ 245.235,08 compreendem a pagamentos de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD - DESPESAS) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão a curto prazo. Representa Prêmios de Seguros a Apropriar (seguros de imóveis e veículos) e Assinaturas e Anuidades a Apropriar (revistas e editoriais).

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Créditos a Longo Prazo, no valor total de R\$ 328.691,86 compreende ao registro do crédito a receber da FUNPRESP – JUD – Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Poder Judiciário, relativo ao aporte a título de adiantamento de contribuições futuras. Do saldo final, R\$ 21.004,49 refere-se a atualização monetária mensal com base no IPCA/IBGE, de acordo com entendimento do STF constante do parecer NR 105/2015, menos R\$ 36.283,96 da quarta parcela de devolução do Aporte Inicial da FUNPRESP-JUD conforme Mensagem SEOFI/CSJT nº 134/2022.

1.2.2 O Imobilizado, no valor total de R\$ 108.832.181,18 é composto de bens móveis, imóveis e Intangíveis reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou produção.

1.2.2.1 Os Bens Móveis apresenta o valor total de R\$ 41.952.980,11 e são representados por máquinas, aparelhos e equipamentos, bens de informática, móveis e utensílios, materiais bibliográficos, veículos, demais bens móveis menos a depreciação acumulada no valor de R\$ 22.307.571,05 calculada pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas pela Macrofunção SIAFI 02.03.03. No caso de transferências de ativos, como bens dados em doação, o valor atribuído é o valor líquido contábil, consideradas as reavaliações ou desvalorizações verificadas. Há registro na Conta de Bens Móveis Inservíveis no valor de R\$ 1.627.574,33 referente a protocolos de doações em tramitação não concluídos. Há ainda no exercício saldo na Conta de Bens Não Localizados no valor de R\$ 3.976.008,22 resultado do Relatório da Comissão de Inventário do Exercício de 2022.

1.2.2.2 Os Bens Imóveis apresenta o valor total de R\$ 89.372.825,86 e correspondem a Edifícios, Terrenos, Varas do Interior, Fórum da Capital, Obras em Andamento, Imóveis a Classificar/a Registrar no SPIUnet menos a depreciação acumulada no valor de R\$ 186.053,74 calculada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Quanto a conta Bens Imóveis a Classificar/a Registrar apresenta saldo de R\$ 327.524,36

perdurando desde 2015, tendo em vista que as atualizações cadastrais envolvem várias ações em diversos órgãos, tais como prefeituras, cartórios e a própria Superintendência do Patrimônio da União o que dificulta a solução do problema. Existe uma Comissão Especial de Regularização dos Imóveis da União designada pela Portaria TRT GP nº 212/2017, que trabalha no sentido de sanar as pendências existentes na obtenção dos documentos comprobatórios dos recolhimentos previdenciários, seja perante o setor responsável pela guarda e conservação dos documentos deste Regional, seja perante a empresa responsável pela obra, ou, ainda, perante o INSS.

1.2.3 O Intangível no valor total de R\$ 6.089.123,50 são os direitos referentes à aquisição de bens incorpóreos, tais como softwares mensurados com base no valor de aquisição, deduzidos da amortização acumulada no valor de R\$ 810.060,19 pelo método linear aplicada nas licenças com prazos determinados, fixados nos contratos respectivos.

No exercício não houve reconhecimento e mensuração da perda por redução ao valor recuperável do ativo não gerador de caixa.

2.1 Passivo Circulante

2.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo no montante de R\$ 11.264.073,54. Desse valor a quantia de R\$ 3.683.680,42 correspondem aos saldos de Férias a que os servidores e magistrados tem direitos (abono constitucional e salário de férias) conforme reportado na Mensagem SEOFI/CSJT nº 035/2018, e também informado pela Mensagem SIAFI 2018/0778560, a STN publicou em 04/06/2018 no Manual SIAFI a nova versão da Macrofunção SIAFI 02.11.42 – FOLHA DE PAGAMENTO, cuja demanda diz respeito a mudanças na Rotina Contábil de Folha de Pagamento e a quantia de R\$ 7.507.652,39 refere-se ao saldo de passivos de pessoal de exercícios anteriores não pagos e que estão em fila de pagamento, aguardando a existência de crédito orçamentário para sua quitação. Ressalta-se ainda que, por orientação do CSJT, houve a reclassificação dos saldos de passivo de pessoal do longo prazo para o curto prazo, pois entende-se que esses passivos possuem exigibilidade até o final do próximo exercício.

2.2 Passivo Não Circulante

2.2.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo, apresenta o valor de R\$ 2.559,38 (ISF P) compreendem aos passivos de pessoal a pagar (outros passivos devidos a servidores e quintos/décimos de magistrados inativos) sem autorização do CSJT para pagamento, registrados por conta-corrente do tipo Inscrição Genérica, conforme Mensagem SEOFI/CSJT nº 041/2020 e planilha elaborada pela SEGEPE conforme Proad TRT13 29436/2021. Ressalta-se que, por orientação do CSJT, houve a reclassificação dos saldos de passivo de pessoal do longo prazo para o curto prazo.

2.3 Patrimônio Líquido

2.3.1 O Resultado do Exercício é formado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA (receitas) e Diminutivas – VPD (despesas), de R\$ 551.206.630,54 e R\$ 518.065.089,44, respectivamente, o que resultou no valor de R\$ 33.141.541,10. Esse resultado está detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Destaca-se que

esse acréscimo nominal representa uma variação positiva de cerca 488,36% em relação ao exercício de 2021.

Esse incremento no resultado do exercício foi causado pelo aumento nas Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA (receitas) nos grupos:

“Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos” que refere-se ao recebimento de recursos oriundos dos depósitos judiciais junto à Caixa Econômica e Banco do Brasil. A liberação desse tipo de recurso é realizada pelo CSJT, o qual centraliza toda a arrecadação da Justiça do Trabalho. E ainda ao recebimento auferido da concessão de espaço físico do TRT13;

“Variações e Ganhos com Ativos e Desincorporações de Passivos” teve uma expressiva variação na conta de - Reavaliação de Bens Imóveis – devido ao retorno do processo de reavaliação dos bens feitos em exercícios anteriores, o qual ficou suspenso em 2020 e 2021 devido à Pandemia de Covid-19; e,

“Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” que evidencia o recolhimento de Indenizações a Fazenda Nacional por servidores e magistrados ativos e inativos na folha de pessoal.

2.3.2 Os Ajustes de Exercícios Anteriores apresenta saldo devedor no valor de R\$ 1.080.284,00, correspondente aos saldos de registros credores no valor de R\$ 11.027.740,42 dos Bens Móveis Baixados por Doação e Transferência conforme autorização do Desembargador Presidente, Registros de Baixa de Passivos de Pessoal pelo pagamento e ainda pelos Ajustes de Depreciação e Amortização Acumulada dos Bens Móveis e Intangíveis conforme Novo Sistema de Controle de Material e Patrimônio do TRT13 e aos saldos de registros devedores no valor de R\$ 12.108.024,42 das Atualizações dos Passivos de Pessoal conforme Mensagem SEOFI/CSJT nº 035 e 038/2022 e planilha elaborada pela SEGEPE 29436/2021.

2.4 O Balanço Patrimonial desta UPC apresentou resultado positivo entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, ou seja, superavit financeiro no exercício em análise no valor de R\$ 6.937.419,62.

2. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	551.206.630,54	482.101.640,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.256.102,36	6.380.809,42
Taxas	7.256.102,36	6.380.809,42
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.092.604,01	182.160,84
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3.092.604,01	182.160,84
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	25.181,15	38.337,99
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3,64	-
Juros e Encargos de Mora	0,08	-
Variações Monetárias e Cambiais	25.177,43	38.337,99
Transferências e Delegações Recebidas	511.041.317,28	470.299.808,17
Transferências Intragovernamentais	510.878.392,17	467.941.761,35
Transferências Intergovernamentais	-	1.098.780,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	162.925,11	1.259.266,82
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	27.214.562,67	4.624.155,78
Reavaliação de Ativos	27.213.446,67	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.116,00	4.624.155,78
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.576.863,07	576.367,98
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.576.863,07	576.367,98
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	518.065.089,44	475.315.280,35
Pessoal e Encargos	316.222.593,89	313.332.641,53
Remuneração a Pessoal	250.014.975,75	246.107.360,47
Encargos Patronais	51.439.203,43	52.572.892,19
Benefícios a Pessoal	13.373.751,72	13.347.542,37
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.394.662,99	1.304.846,50
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	120.835.111,07	117.758.836,33
Aposentadorias e Reformas	101.690.542,99	99.431.722,00
Pensões	18.978.432,38	18.137.811,28
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	166.135,70	189.303,05
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	38.615.150,57	25.059.012,46
Uso de Material de Consumo	787.767,40	634.599,51
Serviços	34.042.716,97	20.534.925,31
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.784.666,20	3.889.487,64
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	58.138,60	709,58
Juros e Encargos de Mora	-	709,58
Variações Monetárias e Cambiais	58.138,60	-
Transferências e Delegações Concedidas	13.524.105,50	9.607.901,93
Transferências Intragovernamentais	12.063.921,17	7.658.191,96
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.460.184,33	1.949.709,97
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	27.428.256,03	8.576.089,66
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	554.276,53	-
Perdas Involuntárias	35.435,65	175.108,00
Incorporação de Passivos	23.408.059,79	8.349.600,19
Desincorporação de Ativos	3.430.484,06	51.381,47
Tributárias	388.777,39	195.019,92
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	72.020,29	5.213,29
Contribuições	316.757,10	189.806,63
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	992.956,39	785.068,94
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	992.956,39	785.068,94
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	33.141.541,10	6.786.359,83

FONTE: SIAFI WEB 2022

2.1 A Demonstração das Variações Patrimoniais é um demonstrativo contábil, exigido pela Lei nº 4.320/64, que tem o objetivo de evidenciar variações ocorridas no patrimônio da entidade do setor público durante o exercício financeiro. Além das variações patrimoniais a DVP evidencia também o resultado patrimonial do exercício.

2.1.1 Com relação às Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) que compreende o aumento no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso ou aumento de ativo ou diminuição de passivo, que resulte em aumento do patrimônio líquido se alcançou o valor de R\$ 551.206.630,54. Observa-se que desses recursos, em sua maioria, são representados pelas Transferências Intragovernamentais – sub-repasses financeiros do Órgão Setorial de Programação Financeira da Justiça do Trabalho (CSJT) no valor de R\$ 510.878.392,17. Em seguida vem as Receitas de

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria que são as Taxas de Custas Processuais e Taxas de Custas e Emolumentos arrecadadas no exercício no valor de R\$ 7.256.102,36. E ainda a Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos que representam as receitas de convênios (Sobre os Depósitos Judiciais) com as instituições financeiras Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil no valor de R\$ 1.098.780,00, recursos centralizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – a partir do exercício de 2017.

2.1.2 Com relação às Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) que compreende o decréscimo durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento de passivo, que resulte em decréscimo do patrimônio líquido se alcançou o valor de R\$ 518.065.089,44. Os valores de maiores impactos são as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Remunerações, Vantagens Individuais, Obrigações Patronais e Benefícios a Servidores) no valor de R\$ 316.222.593,89 e Benefícios Previdenciários e Assistenciais (Aposentadorias, Reformas e Pensões) no valor de R\$ 120.835.111,07, considerando o objetivo da entidade, que é o julgamento de ações trabalhistas.

2.1.3 O Resultado Patrimonial do Período é calculado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Tivemos resultado positivo ou superavit patrimonial em R\$ 33.141.541,10 não decorrentes da execução orçamentária. Ocasionalmente pela Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos (Reavaliação de Ativos) no exercício.

3. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.534.852,73	4.113.697,10
INGRESSOS	523.923.889,79	476.342.821,61
Outros Ingressos Operacionais	523.923.889,79	476.342.821,61
Ingressos Extraorçamentários	151.417,24	212.878,92
Restituições a Pagar		4.554,80
Transferências Financeiras Recebidas	510.878.392,17	467.941.578,02
Arrecadação de Outra Unidade	12.892.964,38	8.183.626,54
Demais Recebimentos	1.116,00	183,33
DESEMBOLSOS	-512.389.037,06	-472.229.124,51
Pessoal e Demais Despesas	-450.013.999,68	-413.025.524,19
Legislativo	-	-
Judiciário	-313.342.123,53	-288.800.298,68
Previdência Social	-129.590.039,61	-117.665.562,49
Encargos Especiais	-7.081.946,72	-6.559.663,02
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	110,18	-
Transferências Concedidas	-50.155.144,17	-51.317.357,10
Intragovernamentais	-50.155.144,17	-51.317.357,10
Outros Desembolsos Operacionais	-12.219.893,21	-7.886.243,22
Dispêndios Extraorçamentários	-151.417,24	-228.051,26
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-4.554,80	-
Transferências Financeiras Concedidas	-12.063.921,17	-7.658.191,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.452.608,78	-2.232.617,74
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-8.452.608,78	-2.232.617,74
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.837.933,35	-2.064.113,83
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.614.675,43	-168.503,91
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.082.243,95	1.881.079,36
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.012.903,68	3.131.824,32
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.095.147,63	5.012.903,68

FONTE: SIAFI WEB 2022

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. *O objetivo da DFC é contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. Essa demonstração é, também, um importante instrumento de avaliação da gestão pública, pois, segundo o MCASP, permite inferir, em nível macro, quais foram as decisões de alocação de recursos na prestação de serviços públicos, em investimentos e financiamentos, além de permitir a verificação de como a administração influenciou na liquidez da entidade, de forma a prevenir insolvência futura.*

3.1 Fluxos de Caixa das Atividades das Operações:

3.1.1 Os Ingressos de recursos no valor de R\$ 523.923.889,79, em sua maioria, são representados pelas Transferências Financeiras Recebidas no montante de R\$ 510.878.392,17, considerando que não há captação de receitas derivadas e originárias, apenas transferências correntes recebidas.

3.1.2 Os Desembolsos de recursos no valor de R\$ 512.389.037,06, em sua maioria, são representados pelas Despesas de Pessoal e Previdência Social no montante de R\$ 450.013.999,68. Seguida das Transferências Concedidas Intragovernamentais no valor de R\$ 50.155.144,17 representados pelas despesas de Obrigações Patronais (PSSS e INSS) e de Serviços de Terceiros no valor de R\$ 12.219.893,21.

3.2 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:

3.2.1 Os Desembolsos com Aquisição de Ativo Não Circulante no valor de R\$

5.837.933,35 refere-se às despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2022 e os Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e pagos em 2022, classificados como Despesas de Capital, natureza de despesa 44.90.51.00 – Obras e Instalações e 44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

3.2.2 Outros Desembolsos de Investimentos no valor de R\$ 2.614.675,43 refere-se às despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2022 e os Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e pagos em 2022, classificados como Despesas de Capital, natureza de despesa 44.90.40.00 – Outros Serviços de Terceiros TI Pessoa Jurídica (Software).

3.3 Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

3.3.1 Atividades não utilizadas pelo Órgão.

3.4 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – o valor positivo de R\$ 3.082.243,95 representa a diferença entre os valores inicial do Caixa e Equivalente e os valores do Caixa e Equivalentes Final, indicando que houve mais entrada do que saída de recursos financeiros, ao longo do exercício de 2022.

3.5 Caixa e Equivalente de Caixa Inicial - O somatório dos saldos das contas do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no início do exercício de 2022, corresponde a R\$ 5.012.903,68.

3.6 Caixa e Equivalente de Caixa Final – O somatório dos saldos das contas do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no final do exercício de 2022, corresponde a R\$ 8.095.147,63.

4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-		
DEFICIT			509.175.771,55	509.175.771,55		
TOTAL	-	-	509.175.771,55	509.175.771,55		
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	29.105.616,00	-	-29.105.616,00		
Créditos Cancelados	-	29.105.616,00	-	-		
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	470.841.816,00	496.359.975,00	500.904.263,93	500.011.839,02	499.823.566,05	-4.544.288,93
Pessoal e Encargos Sociais	425.940.201,00	443.482.904,00	446.631.944,28	446.579.622,08	446.553.900,65	-3.149.040,28
Outras Despesas Correntes	44.901.615,00	52.877.071,00	54.272.319,65	53.432.216,94	53.269.665,40	-1.395.248,65
DESPESAS DE CAPITAL	1.484.643,00	5.072.100,00	8.271.507,62	8.238.756,45	8.238.756,45	-3.199.407,62
Investimentos	1.484.643,00	5.072.100,00	8.271.507,62	8.238.756,45	8.238.756,45	-3.199.407,62
SUBTOTAL DAS DESPESAS	472.326.459,00	501.432.075,00	509.175.771,55	508.250.595,47	508.062.322,50	-7.743.696,55
TOTAL	472.326.459,00	501.432.075,00	509.175.771,55	508.250.595,47	508.062.322,50	-7.743.696,55

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	520.190,43	345.687,98	345.687,98	143.488,40	31.014,05
Outras Despesas Correntes	-	520.190,43	345.687,98	345.687,98	143.488,40	31.014,05
DESPESAS DE CAPITAL	-	234.806,97	213.852,33	213.852,33	7.799,91	13.154,73
Investimentos	-	234.806,97	213.852,33	213.852,33	7.799,91	13.154,73
TOTAL	-	754.997,40	559.540,31	559.540,31	151.288,31	44.168,78

FONTE: SIAFI WEB 2022

A diferença entre o total das Receitas Realizadas e o total das Despesas Empenhadas representa o Deficit ou Superavit Orçamentário. No Balanço Orçamentário do TRT13 essa diferença é apresentada como deficit no valor de R\$ 509.175.771,55, pois não há valores registrados em Receitas Realizadas, uma vez que esses valores, no âmbito da Justiça do Trabalho, são apresentados no demonstrativo do Órgão Setorial de Programação Financeira - CSJT(UG 080017). O valor de R\$ 509.175.771,55 corresponde ao valor das despesas empenhadas no exercício de 2022.

A composição da Dotação Atualizada, no valor de R\$ 501.432.075,00, está equacionada desta forma:

Dotação Inicial	Em Reais
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 425.940.201,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 44.901.615,00
Despesas de Capital	R\$ 1.484.643,00
Total da Dotação Inicial	R\$ 472.326.459,00
Créditos Suplementares – Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 17.542.703,00
Créditos Suplementares – Outras Despesas Correntes	R\$ 7.975.456,00
Créditos Suplementares – Investimentos	R\$ 3.587.457,00
Total da Dotação Autorizada	R\$ 501.432.075,00

Destacamos ainda as Descentralizações de Créditos Internas (Provisões) e Externas (Destaques) a seguir:

Provisões Recebidas – Outras Despesas Correntes	R\$ 3.664.595,70
Provisões Recebidas – Investimento	R\$ 3.199.422,13
Destaques Recebidas _ RPV	R\$ 4.297.062,72
Destaques Recebidos – Precatórios	R\$ 2.784.884,00
Total das Descentralizações Recebidas	R\$ 13.945.964,55

Assim, o orçamento total disponibilizado ao TRT13, no exercício de 2022, importou em R\$ 515.378.039,55, considerados os créditos iniciais consignados na Lei Orçamentária Anual nº 14.303 de 21/01/2021, os créditos suplementares adicionais e as descentralizações recebidas (provisões e destaques). Do montante foi executado (empenhado) o valor de R\$ 509.175.771,55 que corresponde a 98,80% do orçamento atualizado.

A quantia de R\$ 754.997,40 apresentado no Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados referente aos RPNP inscritos no Exercício Anterior, foram pagos R\$ 559.540,31 e cancelados o valor de R\$ 151.288,31, ficando um saldo a pagar de R\$ 44.168,78.

5. BALANÇO FINANCEIRO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	509.175.771,55	467.214.888,10
Ordinárias	-	-	Ordinárias	388.266.010,84	340.089.240,33
Vinculadas	-	-	Vinculadas	120.909.760,71	127.125.647,77
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	14.288.499,61	38.671.980,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	103.349.484,00	85.497.762,49
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.271.777,10	2.955.905,28
Transferências Financeiras Recebidas	510.878.392,17	467.941.578,02	Transferências Financeiras Concedidas	12.063.921,17	7.658.191,96
Resultantes da Execução Orçamentária	510.431.388,26	467.496.981,74	Resultantes da Execução Orçamentária	-	305.561,34
Sub-repasse Recebido	510.431.388,26	467.496.981,74	Sub-repasse Devolvido	-	305.561,34
Independentes da Execução Orçamentária	447.003,91	444.596,28	Independentes da Execução Orçamentária	12.063.921,17	7.352.630,62
Demais Transferências Recebidas	210.546,60	214.403,71	Movimento de Saldos Patrimoniais	12.063.921,17	7.352.630,62
Movimentação de Saldos Patrimoniais	236.457,31	230.192,57	Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	14.159.056,85	9.156.240,99	Pagamentos Extraorçamentários	715.512,35	343.659,59
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	188.272,97	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	925.176,08	754.997,40	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	559.540,31	115.608,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	151.417,24	212.878,92	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	151.417,24	228.051,26
Outros Recebimentos Extraorçamentários	12.894.190,56	8.188.364,67	Outros Pagamentos Extraorçamentários	4.554,80	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	110,18	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	4.554,80	-
Restituições a Pagar	-	4.554,80			
Arrecadação de Outra Unidade	12.892.964,38	8.183.626,54			
Demais Recebimentos	1.116,00	183,33			
Saldo do Exercício Anterior	5.012.903,68	3.131.824,32	Saldo para o Exercício Seguinte	8.095.147,63	5.012.903,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.012.903,68	3.131.824,32	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.095.147,63	5.012.903,68
TOTAL	530.050.352,70	480.229.643,33	TOTAL	530.050.352,70	480.229.643,33

FONTE: SIAFI WEB 2022

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios de recursos no exercício, sendo dividido em duas colunas, uma para os ingressos e outra para os dispêndios. As colunas são divididas em Receitas/Despesas Orçamentárias, Transferências Financeiras Recebidas/Concedidas e Recebimentos/Despesas Extraorçamentários, conforme o caso. Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

5.1 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

5.1.1 As Receitas Orçamentárias – Ordinárias e Vinculadas - Em 2022 não houve valores de receitas orçamentárias, uma vez que os recursos derivados da Lei Orçamentária Anual - LOA foram transferidos da UG 080017 – Setorial da Justiça do Trabalho - CSJT, por meio de Sub-repasse, tendo seu saldo demonstrado em Transferências Financeiras Recebidas.

5.1.2 As Transferências Financeiras Recebidas, no valor de R\$ 510.878.392,17, destaca-se os Sub-repasses Recebidos da UG 080017 no valor de R\$ 510.431.388,26. Houve também Demais Transferências Recebidas no valor de R\$ 210.546,60 para Restituições de Receitas (Emolumentos e Custas Processuais) – GRU e Movimentação de Saldos Patrimoniais no valor de R\$ 236.457,31.

5.1.3 Os Recebimentos Extraorçamentários evidenciam os ingressos não previstos no orçamento que serão restituídos nos exercícios seguintes, por decisão administrativa ou judicial e teve como composição:

5.1.3.1 Inscrição dos Restos a Pagar Processados: referem-se aos valores empenhados no exercício de 2022 e inscritos para pagamento no exercício seguinte. Compõem o Balanço Financeiro para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, no valor de R\$ 188.272,97.

5.1.3.2 Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados: referem-se aos valores empenhados no exercício de 2022 e inscritos para pagamento em exercícios futuros. Compõem o Balanço Financeiro para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, no valor de R\$ 925.176,08.

5.1.3.3 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, no valor de R\$ 151.417,24 refere-se a entradas compensatórias, como por exemplo, Ordens Bancárias canceladas.

5.1.3.4 Outros Recebimentos Extraorçamentários refere-se a arrecadação de Outra Unidade no valor de R\$ 12.894.190,56, por meio de Guias de Recolhimento da União, cujos recursos são administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional ou diretamente pela unidade gestora, nos casos das fontes 0100, 0117, 0127, 0150 e 0171. Os valores são registrados na conta contábil 89991.08.02 (Controle da Arrecadação na UG Arrecadadora).

5.1.4 O Saldo do Exercício Anterior no valor de R\$ 5.012.903,68 é correspondente ao caixa e equivalentes de caixa, oriundo do exercício de 2021.

5.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

5.2.1 As Despesas Orçamentárias empenhadas do TRT13 alcançaram o montante R\$ 509.175.771,55, e estão registradas nas contas contábeis 62213.04.00 – Crédito Empenhado, Liquidado e Pago e 62213.05.00 – Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP.

5.2.1.1 As Despesas Ordinárias no valor de R\$ 388.266.010,84 representam as despesas empenhadas na fonte de recursos 0100 – Recursos Ordinários.

5.2.1.2 As despesas Vinculadas no valor de R\$ 120.909.760,71 são compostas por despesas empenhadas nas fontes 0151, 0156 e 0169 (Pagamento de Inativos e Pensionistas) e despesas empenhadas com Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas no valor de R\$ 3.271.777,10, os quais se referem aos dispêndios vinculados que não se enquadram nos demais itens. No caso do TRT13, são as despesas empenhadas nas fontes 0127 (Custas Judiciais) e 0171 (Recursos de Convênios).

5.2.2 As Transferências Financeiras Concedidas Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária no valor de R\$ 12.063.921,17 correspondem às transferências independentes da execução registrado na totalidade na conta Movimento de Saldos

Patrimoniais (35122.03.00) que é constituído pelo recolhimento de custas e emolumentos judiciais, por meio de GRU (códigos 18740-2 e 18770-4), tendo a UG 170500 – Coordenação-Geral de Programação Financeira da STN, como beneficiária.

5.2.3 As Despesas Extraorçamentárias no valor de R\$ 715.512,35, constitui-se do pagamento dos Restos a Pagar Não Processados, no valor de R\$ 559.540,31, e dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, no valor de R\$ 151.417,24.

Quanto aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, referem-se a acertos de Ordens Bancárias canceladas, e correspondem aos valores registrados na fonte 0190 – Recursos Diversos, da conta contábil 82114.00.00 – DDR Utilizadas por Pagamento de Despesas Orçamentárias e Outros.

5.2.4 O Saldo para o Exercício Seguinte no valor de R\$ 8.095.147,63 refere-se ao somatório dos saldos das contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, que serão transferidos para o exercício seguinte.

5.3 O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros compara o saldo transferido do exercício anterior como aquele transposto para o exercício seguinte, indicando o impacto do resultado financeiro sobre a conta Caixa e Equivalentes de Caixa conforme segue:

Saldo para o Exercício Seguinte (A)	R\$ 8.095.147,63
Saldo do Exercício Anterior (B)	R\$ 5.012.903,68
<u>Diferença (A-B)</u>	<u>R\$ 3.082.243,95</u>

Quociente (A/B): 1,615%.

O Quociente no exercício de 2022 foi de 1,615% demonstrando que ocorreu um superavit financeiro. Além disso, ao observar a diferença entre os saldos, constata-se que houve mais ingressos do que dispêndios financeiros, no montante de R\$ 3.082.243,95.